

NOTEXP – Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

CNPJ: 01.772.670/0001-99

Natureza jurídica: Órgão Público do Poder Legislativo Municipal

Endereço: Avenida Luiz Obermulher Filho, 83, 1º Andar, Centro, Laranja da Terra/ES.

Natureza das Operações: Administração Pública em Geral

Art. 1º - Fica criado o Município de Laranja da Terra. Desmembrado do Município de Afonso Cláudio, com sede na atual Vila de São João de Laranja da Terra (LE I Nº 4068/88).

Art. 29 Cabe à Câmara Municipal, com observância às determinações e hierarquia constitucional suplementar, estadual e federal, legislar sobre assuntos de interesse local (LEI ORGÂNICA Nº 43, DE 04 DE ABRIL DE 1990).

Art. 3º A Câmara tem funções legislativas, atribuições para fiscalizar e assessorar os atos do Executivo e competência para organizar e dirigir sua administração interna. (**Resolução nº 018 de 30/11/1990**).

Declaração de Conformidade com leis e normas de contabilidade aplicáveis

N1 - As Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme dispõe as leis e normas de contabilidade aplicada ao setor público, evidenciando a gestão fiscal, orçamentária, patrimonial e financeira da Câmara Municipal.

Políticas contábeis

A Câmara efetua calculo de depreciação dos bens móveis mantendo os mesmos atualizados. Não possui bens imóveis.

Efetua apropriação de férias e encargos patronais por competência, em obediência às novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

BALPAT

N1 - No Ativo permanente ocorreram as seguintes variações:

Incorporação de Bens Móveis, adquiridos no exercício de 2018, no valor de R\$ 28.638,86;

Foram devolvidos para a prefeitura bens que somados respectivamente o seu valor líquido e sua depreciação acumulada R\$ 1.348,93 + R\$ 53,82, totalizam R\$1.402,75;

O valor de R\$ 6.196,85, é resultante da seguinte operação: R\$28.638,86 (Aquisições) – R\$ 1.402,75 (baixas/devoluções) – R\$ 21.039,26 (depreciação acumulada) representa a diferença R\$ 161.411,33 (exercício atual) – 155.214,48 (exercício anterior) do Ativo Imobilizado.

N2 – No Passivo Circulante, Pessoal a Pagar refere-se à apropriação por Competência de Férias, no valor de R\$ 30.660,06 (trinta mil, seiscentos e sessenta reais e seis centavos), e Encargos Sociais a Pagar, refere-se ao INSS parte Patronal (21%), no valor de R\$ 6.438,61(seis mil quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e um centavos), valores esses, que estão reservados financeiramente conforme consta na conta do Ativo Circulante/Bancos conta

movimento – demais contas, e serão empenhados, liquidados e pagos dentro do período concessivo das férias, tendo em vista que ainda está em período aquisitivo não concluído.

DEMDIF

N1 – O valor de R\$ 30.660,06 (trinta mil, seiscentos e sessenta reais e seis centavos refere-se à apropriação de férias por competência que serão empenhados, liquidados e pagos dentro do período concessivo das férias, tendo em vista que são direitos que ainda estão em período aquisitivo.

EXTBAN

N1 – O saldo em conta corrente de R\$ 37.631,56 (trinta e sete mil seiscentos e trinta e um real e cinquenta e seis centavos), constante no demonstrativo, refere-se a valor em trânsito, de credor que ainda não efetuou o resgate (consignação em FP), no valor de R\$ 532,89. O restante R\$ 37.098,67 (trinta e sete mil e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos) refere-se ao saldo para pagamento de férias e encargos apropriados por competência que será pago dentro do exercício de 2019 completado o período aquisitivo.

Portanto não há saldo financeiro disponível, que não esteja comprometido, Todo o recurso economizado foi devolvido para o município.

BALFIN

N 1 – O Saldo em espécie para o exercício seguinte destina-se para o pagamento das apropriações por competência referente a férias e obrigações patronais no valor de R\$ 37.098,67 (trinta e sete mil e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos).

DEMFCFA

N 1 – O Saldo em caixa e equivalente de caixa final, destina-se para o pagamento das apropriações por competência referente a férias e obrigações patronais no valor de R\$ 37.098,67 (trinta e sete mil e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos).